

1983 ?

Apresento a CVRD algumas anotações e considerações a respeito da transcrição do diálogo realizado em Brasília entre servidores da FUNAI (sr. Grossi, Sr. Ubirajara, Sra. Dolores) e o capitão da aldeia da Mariazinha, sr. José da Doca, e que foi entregue pela FUNAI ao Presidente da ABA para justificar a proibição -por parte da FUNAI - da minha entrada em área indígena.

A leitura deste documento (em anexo) demonstra de modo claro a incompetência da FUNAI, para não dizer sua má fé, no trato com as expectativas dos Índios e com a demarcação de seus territórios. Dirigindo um diálogo com perguntas capciosas, entendendo as respostas como desejam, tentam me incriminar jogando para minha pessoa a culpa: 1º) da não demarcação até o momento do território Apinayê e 2º) da resistência e atitudes belcosas por parte dos políticos e proprietários de Tocantinópolis em relação a demarcação.

Logo no início o sr. Grossi pergunta "as 2 aldeias concordaram com aquela marcação que tinha sido feito né?" (a do levantamento em 1980 num total de área de 101 000 ha) e o sr. José da Doca responde "então o sr. prometeu para nós que por essa ai seria feito o demarque. Que ia mandar o GETAT fazer o levantamento pra poder fazer a demarcação" (a FUNAI prometeu, mas se passou 1981, 1982, e apesar de uma certa preocupação, em 83 nada aconteceu)

E o sr. Grossi na sequência "quem é que disse que era pra fazer nessa linha preta aqui. Quem é que sugeriu pra vocês que tinham que ser assim" E o sr. José responde o que devia mesmo ser respondido "essa foi a saída da Maria Elisa". Não há nada de camuflado ou escondido nisto. Realmente, no cumprimento de minha função de assessora, julguei procedente e importante - considerando inclusive que a construção da Ferrovia de Carajás acarretará um incremento populacional na já conflituosa região do bico do Papagaio em Goiás, sugerir a incorporação à área que a FUNAI havia encaminhado para levantamento junto a GETAT, de uma faixa de terra, em sua maior parte de cerrados, com baixa densidade populacional, onde estavam situados o que o sr. Zé da Doca chama na página seguinte (pag. 3), de "alicerces" das antigas aldeias do COCAL. Esta proposta não foi uma simples "sugestão", mas foi o resultado de discussões com os Índios, de um levantamento cuidadoso e de uma visita ao local. Para os índios, esta ficou sendo a "proposta da Maria Elisa", como existe a "proposta do Baiochi" (feita em 1976 e cuja efetivação em 1978 através da portaria do gel Ismarth foi interrompida em 1979) e a "proposta da Jane" (que fez em 1980 um levantamento cuidadoso para a FUNAI que procura incorporar a área de 78 uma faixa de terra além da Transamazônica).

Decerto que perguntei pelas aldeias do Cocal. Comecei indagando ao próprio chefe da AJARINA (a que estão subordinados administrativamente os Apinayê), sr. Antonio João de Jesus, antes mesmo de ir a área Apinayê, apenas ao verificar a área pleiteada pela FUNAI ao GETAT. O sr. Chefe

da Ajudância me afirmou nunca ter ouvido falar em tais aldeias, dando a entender que esta região não devia ser muito importante para os Índios. Fiz ver a ele que elas eram mencionadas não só nos estudos especializados dos antropólogos ("O Mundo Dividido", Roberto da Mata) como no próprio levantamento da FUNAI feito por Jane Galvão. Os Índios haviam desistido de perguntar por tal área, e os motivos desta desistência foram bem explicitados no relatório enviado à CVRD em julho de 83. É ridículo julgar que esta proposta teve o caráter de uma Imposição aos Apinayê, como quer fazer crer o encaminhamento das perguntas formuladas pelos funcionários da FUNAI. Não vejo em que a afirmação do sr. Zé da Doca "*Então tinha que ... falou (eu) lá pro pessoal do São José que eles tinham que brigar por esse, pois era deles*" deveria contrariar a FUNAI. Sem dúvida aconselho os Índios a fazerem valer seus direitos já que a terra é deles, na verdade a FUNAI deveria ser a primeira a se empenhar em defender os interesses dos índios das quais é tutora, mesmo quando os Índios não estão cientes destes direitos. A pergunta do sr. Grossi "*mas porque os índios deveriam brigar*" leva a resposta clara do sr. Zé da Doca "*porque tem todos os alicerce de aldeia ao redor*" e não porque supostamente eu faça parte de um grupo clandestino, ou atente contra a moral e os bons costumes, ou simplesmente queira criar caso com a FUNAI. "*Ah! mas não tem ninguém morando nisso aqui não?*" salienta o sr. Grossi. E daí? não tem ninguém morando no Pecobo, nem na beira do Serrinha, ou mesmo no Botica etc.... O fato dos Apinayê não estarem morando nessa área não significa que eles devam considerá-la como perdida, como tenta fazer crer a FUNAI em sua argumentação com os Índios (fato já alertado em meu relatório pg. 16). Jane Galvão no levantamento feito pela FUNAI diz "a informação

que forneceremos quanto a extinta aldeia Apinayê denominada COCAL diz respeito a algumas perguntas que nos foram feitas por índios da aldeia de S. José ..." (quer dizer que os Índios perguntam por estas terras) "... o que alguns Índios alegam é que seus pais e avôs moravam no COCAL e, mesmo que atualmente residam foram do Cocal, eles conseguiram impedir que a área do Cocal fosse totalmente invadida e, se "branco deixa e recebe herança porque o Índio também não pode?".

Na sequência o sr. Grossi tenta conduzir a conversa para os conflitos existentes na área, me responsabilizando por eles. Esses conflitos são antigos e a própria FUNAI está cansada de saber deles. Da leitura dos fatos principais do histórico da demarcação Apinayê (já enviado à CVRD) depreende-se claramente que o clima de tensão existente na área vem de longa data. Em março passado, antes portanto de minha ida a área, proprietários e políticos de Tocantinópolis encaminharam abaixo assinado ao sr. Mário Andreazza, Ministro do Interior, solicitando que fosse mantida sem alteração a área definida pelo memorial de 78, cuja demarcação os Índios de S. José interromperam. Este clima é devido a indefinição dos limites, a hesitação tanto por parte do SPI como da FUNAI em considerar e efetivar os interesses dos Apinayê independentemente das pressões e interesses da sociedade regional. De modo que não são nem os Apinayê e muito menos a antropóloga ou o atual chefe de posto (no momento suspenso de suas funções por "incitamento" dos Apinayê na defesa de seu território) que acirram os ânimos na área litigiosa, como alega a FUNAI e um pequeno número de novos proprietários

(compradores das posses dos antigos invasores da área). São estes sim que vêm acirrando um conflito que vai beneficiá-los como "proprietários".

Na página 4 o sr. Grossi chega ao absurdo de perguntar "*Você acha que compensa brigar por esta linha preta (a área do Cocal) e arriscar a vida?*" O sr. Grossi, no meu entender, deveria ser demitido da FUNAI por esta pergunta: transparece nesta formulação toda a sua ambiguidade em relação os índios, pois que tenta pela tática do amedrontamento convencer os Apinayé, através da pessoa do sr. Zé da Doca, abandonar uma área do seu território; eles, índios, arriscam a vida o que pressupõe que a FUNAI não esteja do lado deles.

A resposta do sr. Zé da Doca recoloca o problema no seu devido lugar. A questão não é saber se os índios "são corajosos", se vale a pena arriscar a vida na defesa de seus territórios, mas verificar se a FUNAI vem cumprindo com seu papel, e na resposta do sr. Zé da Doca transparece a culpa e a omissão da FUNAI: "*Antes se a FUNAI tivesse demarcado essa faixa aqui não tinha problema ...*" !

Tentando tirar a culpa da Funai e experiente neste tipo de "negociação" (sic) com os índios o sr. Grossi procura jogar para minha pessoa esta culpa, incitando os Apinayé contra mim - : "*Quem fala para vocês*

*pegar não foi lá pegar pra vocês*" (aludindo a minha pessoa). Até parece, pela colocação do referido senhor, que eu estava "mandando os índios" roubar alguma coisa que não era deles, ou que eu seria beneficiada com este "roubo" !! E evidente a má fé do sr. Grossi.

E, depois da pressão, o sr. Grossi procura mostrar a sua posição de "Intermediário": *"E agora como é que fica, Zê?"* como se o sr. Zê da Doca pudesse tomar sozinho, em Brasília, a decisão quanto aos limites do território Apinayê. Mas mesmo o sr. Zê da Doca\_o chefe-capitão de uma das duas aldeias que goza da confiança dos burocratas da FUNAI na medida em que serve como porta voz da vontade da Funai junto aos índios\_não pôde deixar de responder: *Agora eles (os índios) querem por aqui (pela área que inclui o Cocal), pois se ela falou? ...: tem de brigar por aqui, pois é nosso, é deles*". Novamente o sr. Zê da Doca é claro: eu falei (e decerto que falei) quais eram os <sup>meus</sup> direitos, atitude que assusta a FUNAI, por que pelas formulações do sr. Grossi e pelos acontecimentos que se seguiram (a tentativa de me envolver com a tomada da Ajudância de Araguaína pelos Apinayê, Xerente e Krahô - vide matérias jornais em apêndice - e a proibição de ingresso em área indígena) a FUNAI tenta justamente camuflar estes direitos, diminuindo-os em sua importância, desconsiderando-os, atendendo a pressões e interesses da sociedade regional.

Na sequência o sr. Zê da Doca explica porque ele "não briga"

pela demarcação: " ... eu digo, d. Maria (eu), eũ já tive em Brasília por duas vezes, eu já sei como é a política daqui desta cidade de Tocantinópolis". Ou seja, o discurso da FUNAI é aceito pelo sr. José da Doca; ele aponta neste trecho que os índios não devem "brigar" não porque não tenham o direito, mas por causa do impedimento da FUNAI (que não endossam este direito), por causa da pressão de Tocantinópolis, dos interesses regionais, etc..

Novamente o sr. Grossi tenta justificar a FUNAI: "Cem mil hectares que a FUNAI está brigando pra conseguir pra vocês" .."então a FUNAI tem que brigar por vocês, mas vocês tem que ficar do lado da FUNAI" (pg. 6). " se vocês pedirem absurdo não adianta que vocês não vão conseguir, que a FUNAI não vai conseguir pra vocês". Neste discurso do sr. Grossi não são os Apinayê que tem direitos claros e definidos pelo Estatuto do Índio e que devem saber quais são eles e exigi-los, mas somente a FUNAI que sabe e pode atender as necessidades dos índios, confundindo propositalmente representação e assistência. Ao se colocar como a única possibilidade dos Apinayê conseguirem a demarcação de suas terras a FUNAI tenta exercer todo o seu controle sobre a situação e o destino das sociedades indígenas. Além disso, a colocação do sr. Grossi não considera que a demarcação de um território indígena não deve ser objeto de "pechincha" - se vocês pedirem pouco é mais fácil, se pedirem muito é mais difícil etc... e caso a FUNAI fosse realmente um órgão de defesa dos interesses indígenas, a delimitação deveria corresponder, mesmo que ferindo interesses regionais, a um território digno, um território ocupado ao menos no decorrer deste século.

O dilema dos Apinayê que esperam há década a confirmação do governo de que aquele território lhes pertence e são obrigados a se sujeitar a este jogo de interesses (é na linha amarela, na linha preta, atravessa a Transamazônica ou não, deixa a região do Cocal ou tira a região do Cocal ...) - e ao absurdo de ter que tolerar as piadas e o escárnio da população envolvente, transparece neste trecho do discurso do sr. Zê da Doca: "*Antes adquirir um pedaço do que ficar esperando e o pessoal invadindo todo dia e de brigar com eles que dizem pra gente vocês não sabem nem por onde é de vocês que a FUNAI fica só enganando vocês e eles estão lá no apartamento deles ganhando dinheiro e vocês ficam aqui roubando, tomando o que é alheio*". Apesar do sr. Zê da Doca não querer "brigar pela terra" ele reconhece nesta e em outras várias passagens que a proposta encaminhada pela Funai não delimita o território a que os Apinayê teriam direito (*Antes adquirir um pedaço ...*) e que a FUNAI por sua indefinição é a responsável pela diminuição do território (*ficar esperando e o pessoal invadindo todo dia*) e que neste sentido a Funai não tem se mostrado uma boa aliada o que os deixa mais vulneráveis perante os regionais (*A funai fica só enganando ... e eles estão lá no apartamento deles e vocês ficam aqui roubando ...*).

Como a FUNAI só é capaz de ouvir seus próprios argumentos, a sra. Dolores volta a insistir -" .... *quer dizer não existe ... dentro da cultura, dentro do povo Apinayê que tivesse ficado fora desta área?*" (a de 101 000 ha). E o sr. Zê da Doca responde novamente aquilo que eles estão fazendo questão de não entender: "*Bom, fica uma parte, né*". Uma dessas "partes" é a região do Cocal que incorporei a proposta da Funai de 1980.



E na sequência, desconversando, a pedido do sr. Grossi que quer comprovar não a imemorialidade da ocupação do território pelos Apinayê, mas por incrível que pareça, a antiguidade da invasão e o consequente direito dos invasores, o sr. Zê da Doca na pg. 7/8 faz um brilhante resumo do processo de ocupação e espoliação de suas terras acompanhada das promessas de demarcação: *"no tempo deles não tinha muita gente como ele cansava de falar prá nós, o índio mais velho que tinha na aldeia da Mariazinha, era o finado Zê Dias ele contava prá nós que nessa região, quer dizer dentro da área, não tinha morador como está tendo agora, naquela época que a FUNAI, naquela época não era FUNAI era SPI, tivesse um pouco de ... fizesse a demarcação hoje não tinha problema nenhum e a gente tinha muita terra e o pessoa não invadia como está invadindo hoje. Hoje por esse pedacinho, desse jeito, a gente perde até a vida. Então como ele cansava de dizer ele dizia prá nós: óia meus fio eu já estou nesta idade, quando eu era criança não existia nem Chefe de Posto nas aldeias, mas já ouvia falar em demarca de terras, o Padre João fez uma limite lá pra ele dividindo a área pra ele com a da cidade, depois foi mais uma pessoa lá fez outra, atalhando um pouco, mas aí com o tempo passando o povo invadindo, entrando, chega: compadre eu quero que você me arranje uma morada prá mim morar, pra mim trabalhar.*

- Tá certo, então vai.

- Daí a uns anos quando ele começava a plantar e criar ali ele já chamava dele. Isto aqui é meu. Se o índio deu um pedacinho bem aqui, aí ele vai demarca por acolá, quando sai vende pra outro, o outro vai aumenta e assim por diante, por isso que hoje está na agonia que está".

Esta situação descrita por Zê da Doca é semelhante a de outras áreas indígenas que, contatadas no início do século passado, tiveram seus territórios paulatinamente ocupados pelas frentes de expansão da sociedade nacional, criando-se pela omissão ou indefinição do SPI ou FUNAI em demarcar as áreas indígenas, uma situação de conflito e impasse. Dos grupos Timbira (os Apinayê são um grupo Timbira) que subsistem ainda hoje, os Ramkokamekra-Canela e os Krahô somente tiveram seus territórios demarcados na década de 40/50 depois que a situação de tensão chegou a ponto tal que redundou no massacre realizado pelos "fazendeiros" locais. Os outros grupos Timbira restantes, os Apãniekra-Canela, os Krĩcatl e os Apinayê continuam esperando pela ação governamental, que, omitindo-se permite que as invasões continuem e que o processo de demarcação seja cada vez mais difícil e custoso. Os índios pressionados, vivendo sob um clima de insegurança e temendo que nada mais sobre acabam por aceitar qualquer "pedacinho" (na expressão do sr. Zê da Doca quando se refere a área que aceita ver demarcada pela FUNAI) este é o caso dos Pykopyê (os Gavião do P.I. Governador) que tiveram recentemente somente uma pequena parte de seu território demarcado (46 000 ha aprox.). Fica-nos a impressão, da leitura da fala do sr. Zê da Doca, que é impossível que os responsáveis pelas invasões e redução dos territórios indígenas não se apressem a corrigir seus erros e demarcar prontamente as áreas exigidas pelos índios. Mas, ao contrário, o sr. Grossi, persuasivo, tenta impor o limite que a FUNAI considera razoável, chegando ao absurdo de culpar os próprios Apinayê pelo atraso na demarcação de suas terras: "*... você acha que não teria condições de convencer com o pessoal da outra aldeia prá chegar num acordo dessa linha amarela, você acha que não é possível por na cabeça*

*deles, conversar com eles, vocês chegar a um acerto porque enquanto vocês não chegar a um entendimento a gente também não sabe o que uma turma quer uma turma não quer, eu acho que vocês todos Apinayê precisava chegar num acerto pra que possa a FUNAI vê o que ela pode fazer nisso aí né. Na resposta o sr. Zê da Doca aponta a dificuldade de "convencer" a aldeia de S. José de aceitar a área de 101.000 ha de que não incorpora a região do COCAL: "tem uns velho que é teimoso, - eu sei, eu morava lá na aldeia do Cocalinho, eu nasci lá, então eu quero que tira por lá".*

Mas o sr. Grossi ao invés de estudar a sugestão encaminhada pela assessoria da CVRD para a incorporação da região do Cocal na área proposta pela FUNAI e compreender a "teimosia dos velhos" que não desistem da região do Cocalinho, fica insistindo em dizer que só a minha presença (e não a insatisfação dos índios) é que veio a conturbar um trato já aceito entre os Apinayê e a FUNAI - : "Por que colocaram alguma coisa na cabeça deles né? ... e ela reuniu os velhos pra falar isso? ... não ficaram mais de acordo depois que ela teve lá e conversou com eles?".

De fato não acredito que a FUNAI estivesse realmente empenhada ou comprometida a demarcar a área Apinayê em 101.000 ha como tenta nos fazer crer o sr. Grossi. Esta proposta - a "saída de Jane Galvão" - estava engavetada desde 1980 sem que a FUNAI sequer colocasse a área Apinayê em seu cronograma de demarcações. Somente em 1983, depois de 1 ano do convênio

com a CVRD e por pressão da própria Vale do Rio Doce para que as áreas indígenas incluídas no convênio fossem demarcadas é que são obrigados a pelo menos a encaminhar esta proposta ao GETAT (como é o exigido pelo decreto 88118). A dificuldade está que a FUNAI não tem a intenção de que a demarcação atravessasse a rodovia Transamazônica de onde resultou a proposta de 1976 e a homologação da área em 1978, só que os Apinayé da aldeia S. José não aceitaram principalmente o limite sul (a área da Transamazônica) e interromperam a demarcação. Neste impasse a FUNAI em 1980 faz um novo levantamento que atravessa a Transamazônica mas o engaveta, esperando que com o acelerado crescimento da região, e o conseqüente aumento das invasões em seu território, os Apinayé da aldeia de S. José acabem por concordar com a proposta homologada em 1978. Em relação a Transamazônica nos fala sr. José da Doca: *"Se a FUNAI tivesse feito o demarque antes da Transamazônica passar ou se os índios tivessem pensado que a Transamazônica foi prejudicar alguma coisa o lado deles tinha jeito de aumentar pois esta faixa da Transamazônica pra baixo como eles estão querendo é terra de cultura, agora da aldeia pra cima é só campo, só areia"*.

Na página 9 o sr. Zé da Doca tenta explicar aos funcionários da FUNAI porque os Apinayé não aceitaram a demarcação de 1978 e apresentam resistência a abandonar o Cocal, só que endossando o discurso da FUNAI: *"Porque ... a área lá é uma só mas eles falam lá pra eles que do lado da Mariazinha ficou bem espaço pra nós e pra eles ficou em cima da aldeia, então eles tinham que brigar pra ganhar o mesmo tempo da aldeia."*

sr. Grossi - Mas a área não é uma só?

Zé da Doca - É mais eles pensam que é dividida né.

sr. Grossi - mas vocês nunca falaram pra eles que não pode plantar lá pra baixo.

Zé da Doca - No início nós estava querendo combinar com eles pra afastar da Transamazônica, que eles fossem morar mais para o centro da área". Essa foi a grande vontade e empenho do antigo delegado da extinta 7a. Delegacia Regional da FUNAI, o sr. Balochi, que entretanto encontrou enorme resistência por parte da aldeia de S. José que não tinha intenção de abandonar ainda mais seu território e se subordinar politicamente a aldeia da Mariazinha indo viver em seus domínios. No relatório enviado à CVRD procurei mostrar justamente que a área Apinayê não é um espaço homogêneo, mas que é subdividida em áreas delimitadas geográfica e politicamente, o que é indispensável para se compreender as relações estabelecidas entre os Krĩjôbrêire que são os Apinayê da atual aldeia de S. José e os Cômôjôire, que são os da atual aldeia da Mariazinha, estes sub-grupos Apinayê habitam territórios contíguos mas distintos. O grupo que morava na região do Cocalinho, depois de uma epidemia que em 1948 aproximadamente dizimou grande parte da população se incorporou a aldeia de S. José; mas é presente ainda a possibilidade de voltarem a residir na região do Cocal na qual continuam fazendo constantes excursões marcando indiscutivelmente sua presença ali. Mas os funcionários da FUNAI não conhecem a história dos Apinayê, nem sequer estão a par do próprio processo de demarcação arrolado pela FUNAI, como transparece na discussão da pg. 12. A FUNAI é dirigida como se fosse uma empresa, mas como o presidente e a cúpula diretiva são cargos políticos e transitórios, todas as áreas onde a de-

marcação é de fato um problema, como é o caso dos Apinayê e dos krĩcati, ninguém toca, ficam passando de administração para administração, quando muito fazem levantamentos e mais levantamentos e promessas ...

*"Mas o que seria melhor para os Apinayê? acertar logo nessa faixa amarela (a de 101 000 ha) ou continuar tentando aquela área maior?"* pergunta o sr. Grossi, O melhor para os Apinayê é que tivessem todo o seu território demarcado. Aliás o sr. Grossi pergunta, não porque de fato tenha dúvidas, mas porque quer convencer, pelo menos um capitão Apinayê, da escolha feita pela FUNAI - ou seja, que a "razão" da FUNAI seja vista como a "razão" dos Índios. Antes mesmo desta questão, o sr. Ubirajara, quieto durante praticamente toda essa longa entrevista, havia começado a falar *"José, nós vamos fazer o seguinte. A FUNAI ..."* Quando é interrompido pelo sr. Grossi, só que depois de mais algumas insistências e argumentos convincentes por parte do sr. Grossi, o sr. Ubirajara retoma a questão e resume a iniciativa que vai ser tomada pela FUNAI a respeito da demarcação: *"Agora nós vamos falar pra vocês o que o Presidente da FUNAI vai fazer com vocês ... (e o sr. Zé da Doca, em nome dos Apinayê, é obrigado a escutar um discurso que escuta todas as vezes que vai a Brasília) .. como já havíamos falando pra vocês, eu mesmo combinei com você no início deste ano (1983) ... nós vamos mandar um grupo pra lá em julho depois não pode ir em julho ... o trabalho está praticamente acertado pra início de outubro ... mas este ano ainda vai pra lá ... vai o pessoal da FUNAI e o pessoal do GETAT. Vão passar por lá e levantar..., passa dentro desse limite amarelo (proposta da FUNAI de 101.000 ha) não é o limite preto não (a área que os Índios de S. José querem pois incorpora a*

região do Cocal) ... Depois desse levantamento é que vamos partir para a demarcação. OK? Entendeu? Satisfaço você assim? Você conversa com sua comunidade indígena lá, diz pra eles que a FUNAI está trabalhando OK ..." Pronto. Acabou. A FUNAI já decidiu que o melhor para os Apinayê é ficar sem a região do Cocal, nem sequer a área exigida pelos Índios e apresentada pela assessoria da CVRD é encaminhada para o levantamento junto ao GETAT ao menos para estudarem a viabilidade de demarcarem ou não esta área. Ponto final. Vocês estão satisfeitos? o sr. Zê da Doca que converse com a sua comunidade e defenda a FUNAI etc... etc... "Lá da minha parte não tem problema" diz o sr. Zê da Doca. Mas o sr. Grossi sabe que de fato o "problema" é a outra aldeia, e que se a FUNAI não conseguir convencê-los o impasse para a definição da área a ser demarcada vai continuar, por isso insiste tanto junto a Zê da Doca para que atue como "mediador": "e da outra aldeia, você não quer conversar com o pessoal da outra aldeia?". O sr. Zê responde: "Bom a gente pode conversar mas é como eu estou falando não adianta falar e chegar outra pessoa a desmanchar" e o sr. Ubirajara: "outra pessoa só se fosse da FUNAI, quem falou isso pra você da área preta não é da FUNAI. ... quanto mais uma pessoa de fora, pra dizer pra você olha tem direito a isso". Mas o sr. Grossi ainda não está satisfeito, ele quer nomes, para que a FUNAI não seja responsabilizada pela situação de tensão existente na área: "mas quem pode desmanchar a sua conversa?" Zê - "bom certo tem gente assim como esta antropóloga ..." - "que antropóloga?" - "e o sr. Zê responde: "MARIA ELISA". Pronto está caracterizada a "perigosa gente da subversão". Na verdade os Apinayê não podem encontrar entre os brancos nenhum eco, nenhuma receptividade, para suas exigências e necessidades, pois só quando não tiverem mais nenhuma

esperança poderão aceitar o "pedacinho" de terreno que lhes quer dar a FUNAI.

Esta falta de esperança, este descrédito aparece nesta última fala do sr. Zê da Doca"... como eu sempre falo pra eles óia gente não vamos escutar, como eu falei naquela época que eu estive aqui, não adianta a gente riscar papel aqui porque é mesmo que riscar e deixar aqui mesmo pronto. ... na hora que eu chego eles (a comunidade) avançam em cima da gente prá saber da notícia né, alguma notícia boa. Eu falo pra eles óia ... eles vem fazer a demarcação, todo mundo fica alegre, aí passa tempos aí o que a gente vem escutando o pessoal lá de fora, tem vez que ele chega e já teve dia deles reunir na porta da minha casa, hoje vamos fazer o que a gente não estava querendo fazer, eu digo, não gente, não é assim, vamos aguentar por que se não tivesse alguém pra fazer as coisa pra nós já tinha se acabado porque nós não damos nada, nós somos só uns moquequinha na frente dessa multidão de gente." Este trecho resume o descrédito em relação aos levantamentos "não vamos escutar"... "não adianta riscar papel aqui (Brasília) e deixar aqui"... "todo mundo fica alegre" contando que a FUNAI vem fazer a demarcação "aí passa tempos e tempos" e o pessoal vai cansando de esperar pela ação da FUNAI " eu digo não gente, não é assim, vamos aguentar " porque o medo do enfrentamento é muito grande," porque os brancos são muitos & é nós poucos, porque sem a FUNAI nós não somos nada". É a conformada sabedoria dos indígenas, é o medo dos velhos que tenta segurar a rapaziada, que tenta mostrar para os jovens que no acordo de paz estabelecido com os brancos eles se colocaram sob a "proteção" daquele que se mostrou mais poderoso- " quem



é que dá projeto pra vocês, dá escola, assistência médica?" pergunta o sr. Grossi. E sob a égide da proteção a FUNAI tenta controlar o direito e o destino das sociedades indígenas (desde as coisas mais simples, como a proibição dos índios viajarem, os cadeados nas portas da Casa do Índio até a decisão de quanto e quando seu território deve ser demarcada) "você tem alguma queixa contra a FUNAI? ... Fora essa da demarcação? porque na visão da FUNAI, para os índios ter seu território demarcado é questão secundária, e depois o "problema da demarcação" segundo o sr. Ubrajara é que "custa caro, muito dinheiro ... A FUNAI não está com dinheiro pra demarcar ... esse é um trabalho lento" ... Desculpas, porque de fato o "problema da demarcação" não se resume na falta de verbas, mas está no fato da FUNAI ser um organismo ligado ao Ministério do Interior e subordinada quanto a política de demarcação de terras indígenas ao Ministério de Assuntos Fundiários. Sensível à pressão dos interesses da sociedade nacional, se transforma de um organismo voltado a defesa e proteção dos interesses indígenas para defender os interesses nacionais perante às sociedades indígenas. É quando a PROTEÇÃO se transforma em DOMINAÇÃO.